

MAIS UM PASSO

CES aprova pacote da saúde

DF - Saúde

COM O PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA, PROJETO EMERGENCIAL PARA RESOLVER A CRISE HOSPITALAR DEVE IR A PLENÁRIO NA TERÇA-FEIRA

Ângela Oliveira

Depois de muita discussão, o projeto que trata do Plano Emergencial de Saúde, encaminhado pelo Executivo à Câmara Legislativa há cerca de duas semanas, foi aprovado ontem em sessão extraordinária da Comissão de Educação e Saúde (CES). A polêmica maior aconteceu em torno do artigo 1º, parágrafo único, que se refere ao valor fixado para as gratificações temporárias pagas pelos procedimentos médicos. Tanto Izalci Lucas (PFL) quanto a petista Arlete Sampaio, presidente da Comissão, que avocou para si a relatoria da matéria, concordavam que o item deveria ser retirado do projeto.

Com o impasse, a sessão foi suspensa para que os membros da comissão entrassem em contato como o Secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, para tentar convencê-lo de que o item deveria ser tratado por ocasião da regulamentação da matéria. Arlete e a deputada Eurides Brito (PMDB), também membro da CES, explicaram ao secretário que o parágrafo em questão não estava claro e precisava ser melhor analisado para evitar complicações futuras. Com o consenso em torno do esclarecimento do artigo por Bernardino, a reunião foi retomada.

Além da supressão do referido parágrafo, foram apresentadas algumas emendas ao projeto. Uma delas é de autoria de Eurides Brito, que propôs que a lei seja regulamentada no prazo de 30 dias após a publicação. A outra emenda é da deputada Anilcéia Machado (PSDB). Estabelece mudanças no pará-



Presidente da comissão, Arlete avocou para si a relatoria e defendeu a supressão do artigo 1º

grafo 2º, do artigo 11. Onde se lê que o cargo de diretor administrativo deve ser "privativo, preferencialmente por pessoas que têm formação em administração hospitalar", a palavra preferencialmente foi retirada. Com isso, o cargo deverá ser ocupado, de forma obrigatória, por quem tem experiência na área.

Apesar de concordar com o projeto do Governo, a relatoria da matéria diz que se fosse

secretária de Saúde tomaria uma atitude diferente para promover melhorias na rede de saúde pública.

"No meu entendimento o maior problema da rede de saúde no DF é o abastecimento. Se a gestão do setor fosse de minha responsabilidade, cuidaria primeiro desse aspecto. Mas se a atual gestão conside-



ra que para solucionar esse e outros problemas deve criar um novo modelo de gerenciamento, não sou eu que vou votar contra", afirmou Arlete.

O projeto, que já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deve voltar na próxima semana à Comissão de Economia, Orçamento e Fi-

nanças (CEOF). A matéria entrou na pauta desta semana, nessa Comissão, mas não houve acordo. A deputada Eliana Pedrosa (sem partido) pediu vistas para analisar de forma mais profunda a matéria. Na próxima terça-feira, às 10 horas, o projeto volta à pauta da CEOF. Como tramita em regime de urgência urgentíssima, com acordo ou não seguirá para o plenário da Câmara.

MUDANÇA NO MODELO DE GESTÃO

O Plano Emergencial de Saúde tem como objetivo melhorar o atendimento em todas as unidades hospitalares do DF. Para viabilizar essas melhorias, o Governo propõe a criação de um novo modelo de gestão das atividades administrativas nos hospitais, centros e postos de saúde. A principal medida prevista pelo projeto é a criação do cargo de diretor-administrativo para cuidar dos problemas do dia-a-dia enfrentados pela rede.

A proposta da Secretaria de Saúde é desvincular o papel do profissional de medicina das atividades mais técnicas. "O especialista de saúde irá se preocupar apenas com

os assuntos médicos, científicos, enquanto que o diretor-administrativo se dedicará aos problemas relacionados com a administração e manutenção do sistema, como, por exemplo, falta de remé-

dios, funcionamento da lavanderia ou quebra do ar condicionado", ressaltou a governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, durante visita nesta semana à bancada governista na Câmara. Abadia pediu empenho na votação imediata da matéria.

A aprovação do projeto implicará nas criação de cerca de 200 cargos na área de saúde. Para a implantação das medidas, serão criados 19 cargos em comissão de diretor-administrativo, 65 de diretor de centro de saúde e outros 65 de gerentes. O projeto prevê ainda 50 cargos comissionados de encarregado de

posto de saúde.

Pela proposta de mudanças na rede de saúde, o Hospital de Base de Brasília terá um tratamento especial. A argumentação do secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, é que se trata de uma unidade de saúde de grande porte, que atende diariamente não apenas a população do DF, mas também da região do Entorno. O hospital passará por uma adequação da estrutura, tanto na área técnica quanto na administrativa, atuando em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Para viabilizar a colocação das novas medidas em práti-

ca, o governador, ao encaminhar o projeto para a Câmara, determinou às Secretarias de Saúde e de Fazenda e Planejamento a adoção de providências imediatas visando a descentralização orçamentária para as unidades de saúde. A iniciativa tem como objetivo permitindo-lhes maior autonomia de gestão financeira, além da criação de mecanismos para a aquisição de medicamentos através da Central de Compras, procurando assegurar o fluxo normal de abastecimento. A proposta é eliminar as compras de caráter emergencial, e implantar o Sistema de Registro de Preços e Pregões. (A.O.)